

ESPECIAL
20 ANOS

O que Santa Catarina pode fazer pela Antropologia do Brasil

Otávio Velho

I. A oportunidade de fazer esta conferência por ocasião das comemorações dos vinte anos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina é para mim uma honra e um prazer. Tendo acompanhado este Programa – em que se incorporaram diversos ex-alunos e muitos amigos – desde o início, sinto-me ligado a ele por fortes laços intelectuais e afetivos. Agradeço, assim, sinceramente este convite, que constitui mais uma das muitas gentilezas de que tenho sido imerecidamente alvo através dos anos por parte dos seus integrantes.

Por outro lado, cabe destacar a satisfação de poder estar presente no que é também uma homenagem a Silvio Coelho dos Santos. Sílvio foi participante do curso que antecedeu a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ). Eu, que fui membro da sua primeira turma, mas que entrei no Museu como auxiliar de pesquisa, antes da sua criação, fui socializado antropologicamente ouvindo falar de Silvio através de Roberto Cardoso de Oliveira, Roque Laraia e Roberto da Matta. Assim, quando vim a conhecê-lo, a sensação foi – e me lembro muito bem – de *déjà-vu*. Sílvio é parte da minha vida, como daquela de muitos outros, e o seu exemplo de longevidade intelectual combinada com um forte compromisso institucional é um grande estímulo e um exemplo para quem segue logo atrás na trajetória da vida.

II. Início esta conferência me reportando a 17 de abril de 2003, quando tive oportunidade de atender a outro honroso convite: o de

Otávio Velho

proferir a aula inaugural deste Programa, posteriormente publicada em *Ilha*. Na ocasião, eu concordava com outros autores que têm acentuado a relação entre a nossa antropologia e o *nation-building* (construção da nação). Mas tentava mostrar a sutil dialética entre essa relação com o *nation-building* e um discurso universalista, que ocultaria o discurso nativista que eu chamava de “neo-orientalista”, e que, sendo ocultado, se manifestaria mais através de um certo maneirismo, sofisticado, que distinguiria aqueles que seriam capazes de operar essa delicada dialética, marcando (e mesmo estigmatizando) os de fora, os *outsiders*. Então teríamos, por um lado, esse maneirismo, e, por outro, uma postura de “mais realista do que o rei” na defesa do discurso universalista, que não reconheceria os impasses atuais desse discurso e as tentativas de complexificá-lo.

No final, mencionava dois pontos que gostaria de desenvolver mais hoje. Um era a relação entre essa situação e aquilo de que tratou Bruno Latour ao falar da questão da pureza e da impureza no discurso e na prática da ciência. E o outro era a questão de “o que poderá substituir o *nation-building*” entre nós.

Passemos ao primeiro ponto, pois o que Latour sugere parece permitir que vejamos a situação que abordei naquela aula inaugural como não sendo tão sem paralelos como poderia parecer. Latour, examinando o conjunto do campo científico, sugere que existem Ciência e ciência (ou ciências, no plural). Propõe que a primeira é sujeito e objeto de um discurso reificado, o discurso da pureza, que, pretensamente científico e epistemológico é, na verdade, muito político. Pois nele se baseia a autoridade da Ciência, que assim se poria num pedestal inatingível de onde avaliaria as demais atividades humanas e se colocaria a si mesma como referencial – produzindo, assim, o “cientificismo”. A ciência (com “c” minúsculo), por outro lado, não chegaria a constituir um discurso, associando-se às práticas concretas dos cientistas, bem distintas e de distintas naturezas (impuras), só se revelando à observação concreta dentro dos laboratórios e nas atividades de campo (conforme o caso), mas também em todas as demais atividades que viabilizam a atividade científica.

Há pouco eu disse que o discurso universalista entre nós ocultaria o “neo-orientalismo”. Confrontado, porém, com o caso examinado por Latour, gostaria de corrigir isto um pouco; pois lá, de fato, o discurso da Ciência oculta as práticas científicas concretas. Já no caso do nosso discurso do *nation-building*, por contraste, não propriamente. Tanto assim é que o *nation-building* não permaneceria apenas no plano das práticas, mas constituiria um efetivo “segundo discurso”, também extremamente importante (tanto quanto o primeiro) para legitimar a disciplina, ao contrário do caso de Latour. Discurso político e, mesmo, ideológico; por exemplo, ao exaltar as diferenças, mas sem nunca permitir que essas ultrapassem os limites da nacionalidade. Estaríamos, assim, no nosso caso, mais diante de uma clivagem entre os dois discursos do que de uma ocultação. Clivagem que por vezes eu diria que se aproxima de uma situação esquizofrênica ou, mais amplamente, de um duplo vínculo (*double bind*), no sentido de Gregory Bateson (1904-80). Mensagens contraditórias, mas que não são confrontadas.

Esse segundo discurso talvez tenha sido ocultado para o nosso público internacional (era isso o que eu queria dizer), mas não para o público interno. Pelo contrário. O que talvez tenha sido ocultado é o caráter de aplicação desse discurso, possivelmente por ser uma aplicação paradoxal, uma meta-aplicação, pois não se refere a um ponto específico (de aplicação), mas a uma postura geral, permeante. E isto numa época em que a defesa da “ciência pura” unia a comunidade científica, à qual, bem ou mal, pertencíamos. Os nossos vínculos com a ciência “dura”, aliás, também precisariam ser desnaturalizados, pois esses vínculos não se dão da mesma forma em outros países. A mim me parece que justamente em função desse *nation-building* os nossos colegas das ciências duras nos reconhecem e nos instrumentalizam para os seus próprios propósitos, mas muito mais como o que eles consideram “políticos” do que como cientistas.

III. Gregory Bateson, já mencionado, é um autor que eu muito aprecio. Para ele, esses paradoxos da comunicação (como esse da existência de dois discursos que se contradizem) são o que permite a evolução da comunicação. Tanto assim, que em muitos casos a não

Otávio Velho

confrontação entre mensagens contraditórias pode-se dar não por clivagem, mas por intermédio do humor, da brincadeira, do jogo, da fantasia, enfim, do chamado “processo primário”. O meu exemplo predileto é o do cachorro que ao mesmo tempo rosna e abana o rabo. Exemplo predileto inclusive porque por aí também se anuncia uma tendência, hoje (embora não tanto entre nós), da reaproximação entre o estudo dos seres humanos e o estudo daquilo que em geral ainda se denomina “natureza”.

Disso tudo decorrem, a meu ver, duas implicações. Uma mais geral, e outra mais específica, referente à “nossa” antropologia. A mais geral eu sintetizaria com a afirmação brusca de que “O Real é antinômico”. Segundo o Houaiss, antinomia é uma “contradição entre duas proposições ... igualmente críveis, lógicas ou coerentes, mas que chegam a conclusões diametralmente opostas, demonstrando os limites cognitivos ou as contradições inerentes ao intelecto humano”. Os cétricos reconheciam a importância disso. Como vimos, Gregory Bateson, por sua vez, colocava a questão no plano da comunicação. Eu estou “apenas” – e contra os cétricos – deslocando a questão para o plano da nossa relação com o Real. Mas acentuando, com Bateson, que de fato isso problematiza os limites cognitivos do intelecto humano, frente a esse Real.

A questão está em como falar disso, o que tem a ver com os modos de fazer antropologia. Pessoalmente, já tenho sido acusado de escrever difícil e de maneira arrevesada, de não ser suficientemente linear. Utilizando essa ordem de raciocínio em causa própria, eu diria que “difícil”, antinômico, é o próprio Real. Não por acaso em outras ciências já de há muito foi rompida a barreira do senso comum, que nossa linearidade tanto respeita. Rompida inclusive por intermédio de antinomias, como no caso das teorias ondulatória e corpuscular da luz, que convivem. Ou da visão central e da visão periférica, diante das quais a *Mona Lisa*, por exemplo, sorri e não sorri. Sendo que esse rompimento não tem nada a ver com um obscurantismo pedante e vazio desligado de um compromisso com o Real e – no nosso caso – com as pessoas e grupos que estudamos. Pelo contrário, porque o que quero dizer é que o lugar da complexi-

dade não deve ser a Teoria, reificada, e sim a nossa relação com o Real. E a sensibilidade consiste em usar o discernimento para distinguir uma coisa da outra e em se deleitar com o revigoramento advindo de problemas e leituras exigentes, desenvolvendo assim uma habilidade (uma *skill*, diria Tim Ingold; ou um *habitus*, diria Bourdieu). Tal como se desenvolvem reflexos, musculatura, etc., os dois sentidos hoje usuais de “academia”, aparentemente tão distantes, como que finalmente se encontrando. Nisso me parece que reside uma tarefa para os nossos programas, que vai muito além do ensino das matérias substantivas.

No meu caso, como expositor, provavelmente o que me faltam são recursos retóricos para dar conta disso. E talvez seja essa a razão pela qual hoje valorize mais do que no passado a possibilidade da comunicação oral, mais informal, mais capaz de mobilizar outros recursos e acolhedora dos nossos erros e dificuldades. A linearidade é um esforço dogmático, afirmativo, de transformação dessas antinomias que constituem a vida (o processo primário, diria Bateson) em distinções reais, e que tem o seu lugar e o seu momento. Mas a linearidade, portanto, é derivada, e não fundamento.

IV. Gostaria de dar um exemplo central numa das minhas “especialidades”, a antropologia da religião, onde a linguagem seguidamente parece cifrada. Lembraria a narrativa cristã sobre a simultânea unidade e trindade de Deus, o Real por excelência para a maioria dos cristãos; uma antinomia, sem dúvida, de onde deriva por analogia a própria pessoa (cristã) de um modo que torna de certa forma banal a oposição entre holismo e individualismo. E lembraria igualmente outras antinomias associadas, como a da incognoscibilidade e, ao mesmo tempo, cognoscibilidade de Deus. Mas lembraria também os momentos de afirmação dogmática dessa série de antinomias nos concílios ecumênicos do início da era cristã, que, no entanto, não substituem a experiência, mística, de onde deriva essa teognose, que nossa antropologia tem tanta dificuldade em captar. E, no entanto, é em momentos como esse que os nossos problemas encontram muitas vezes analogia com problemas enfrentados por nossos “informantes”. No caso, é como se a narrativa (aí incluída a narrati-

va etnográfica) estivesse em relação com a antinomia (a descrição narrativa sendo o modo possível de transmiti-la), assim como o conceito estaria em relação com o dogma, entendido como explicitação inteligível da realidade. Explicitação imposta pelas circunstâncias e cujo uso deveria ser o mais econômico possível, somente se dando em momentos críticos para a narrativa que exigem uma intervenção “externa” para garantir a sua própria continuação.

Essa questão não é abstrata, e tem a ver – como disse – com os modos de se fazer antropologia. Inclusive com o tal do “ponto de vista nativo”, que exige pormos entre parênteses os nossos pressupostos (esforço que também encontra semelhança, no terreno da religião, com a chamada teologia apofática ou negativa).

V. Mas agora passaria para a segunda implicação desses paradoxos da comunicação, onde mais facilmente poderemos reconhecer o que isso tem a ver com a nossa Antropologia. Gostaria, então, de sugerir que a existência de dois discursos, cindidos, não é necessariamente um vício a ser superado em favor de um discurso único, absolutamente transparente. O que não significa que como observadores não tenhamos a obrigação de buscar consciência crescente sobre o que se passa com nossos próprios discursos. Não fazê-lo não deixa de ser uma falha. O que eu sugeria na aula inaugural de 2003 é que o discurso neo-orientalista do *nation-building*, especificamente, é que trazia problema como discurso hegemônico, não todo e qualquer segundo discurso. E que só agora, nestes tempos contraditórios em que o mito da globalização vai se impondo, é que aflora o reverso da medalha do *nation-building* e que “esse cosmo (...), que sem dúvida constituiu um sopro vital, começa a revelar de modo mais claro o que tem de camisa de força” (Velho, 2003, p. 19). E também se revela “o que há de normativo nos pressupostos de nossa atividade”.

O que eu gostaria de sugerir hoje é que o quadro que eu apresentava, embora – a meu ver – basicamente correto, não dava o devido peso ao que já vinha acontecendo de novidade. E que vinha acontecendo justamente nestes vinte anos que celebramos hoje. Creio que uma outra visão (para se discutir, naturalmente) é que por esta época (meados da década de 80), e com o surgimento dos novos

PPGAS, um modelo alternativo começou a se desenhar. Alternativo à hegemonia que se consolidara, por sua vez, vinte anos antes dessa época, em meados da década de 60 e que no fundo era o objeto empírico implícito da minha aula inaugural de 2003.

Tentando me justificar, diria que esse (novo) modelo é de fato difícil de se enxergar, porque existiram muitos elementos de continuidade com o que havia antes. Talvez por isso não nos tenhamos dado conta do que acontecia (pelo menos eu). E também porque a mudança se apoiou em parte em alguns elementos de mudança que já estavam presentes. Presentes na etnologia, por exemplo; que, aliás, continua tendo um valor fundamental para a disciplina como referência que precisa ser reavivada a cada nova geração, para que não caiamos em fórmulas fáceis de estranhamento do familiar que, na prática, redundem em transformar a nossa antropologia num exercício narcisista – o que é um risco permanente que não deve ser subestimado.

Mas esses elementos de mudança, sustento eu, encontraram um dos seus *loci* privilegiados de desenvolvimento nas novas instituições que surgiam, como este PPGAS, livres da inércia institucional das instituições mais antigas e da síndrome de que “em time que está ganhando não se mexe” (embora sujeitas, essas novas instituições, aos mesmos constrangimentos do sistema nacional de pós-graduação e pesquisa que pesavam sobre as instituições mais antigas, assunto que não pretendo abordar hoje).

Para mim, isto é mais um sentimento genérico e o fruto de uma observação não sistemática que me aponta diferenças, até estéticas. Não no sentido de um desenvolvimento territorializado, mas de novos e renovadores focos de irradiação e influência sobre o conjunto de nossa antropologia, mesmo quando isso não é plenamente reconhecido. Os membros dessas instituições é que poderiam fornecer depoimentos concretos que nos revelassem a riqueza desse processo. E é o que me parece que veremos amanhã no fórum e no seminário programados. Espero, assim, estar indicando um “gancho” com as atividades de amanhã (o Fórum “Direitos humanos e outros” e o simpósio final em que serão discutidas as linhas de pesquisa do Programa).

VI. De qualquer maneira, quais seriam os temas alternativos ao *nation-building*? A se julgar pelo “espírito de época” globalizado (e essas considerações foram feitas antes de eu tomar conhecimento da programação de amanhã), arrolaria, preliminarmente: tecnologia, justiça global, direitos humanos, o “empoderamento” de grupos subordinados, e questões ambientais e de – para usar uma expressão de Isabelle Stengers – cosmopolítica. Sendo que nesses últimos aflorariam, explícita ou implicitamente, os questionamentos à oposição entre natureza e cultura que marcou o modelo hegemônico; questionamentos prenunciados por Bateson. Também a própria globalização, que os centros hegemônicos tanto resistiram a considerar, parece ser um tema. Sem falar do enriquecimento dessa agenda advinda de fortes experiências existenciais que temos vivido, como a da violência. Ou a consideração de uma terceira possibilidade entre os usuais *nation-building*, de um lado, e *empire-building* (a que se associaram as antropologias clássicas), de outro, numa ampliação de nossos mecanismos de identificação que permita abarcar, pelo menos, a América do Sul (assunto a que retornarei adiante brevemente). E sem esquecer que novos problemas virão, sendo necessário muito cuidado para que qualquer nova agenda também não nos cegue e impeça uma permanente vigilância e capacidade de auto-reflexão que, por exemplo, desnaturalize a linearidade, conforme tentei sugerir anteriormente.

Como já indicava na aula inaugural de 2003, essa mudança “poderá não ser questão aberta à escolha, pois a massificação crescente da democracia deve tornar crescentemente difícil aos intelectuais agirem como representantes privilegiados da sociedade”, pretendendo definir a sua agenda. Ao que acrescento agora: o *nation-building* não só é substituído, mas provavelmente o que quer que venha não ocupará o mesmo lugar, e também será menos mimético de outros regimes de enunciação, como o da religião e o da política. A nossa ciência social, de fato, por vezes parece se aproximar demais de um discurso moralista e normativo. Mas essa mudança deverá se dar não de modo a que se torne “puramente” científica, mas, pelo contrário, de modo a revelar melhor as redes de que fazemos parte. Redes que de fato alcançam – crescentemente, inclusive, através de nossos pró-

prios ex-alunos – muito além da academia, não se restringindo à canalização de informações não distorcidas.

Manteremos então um mecanismo de clivagem entre os discursos? Ou, pelo contrário, iremos na direção da ocultação do segundo discurso, transformado numa prática emudecida, como nos casos examinados por Latour? Ou será que finalmente teremos um único discurso, um meio caminho próximo da prática de pesquisa concreta que não só supere o do *nation-building*, mas também o primeiro discurso, o da Ciência reificada, mesmo que isso não agrade a todos os nossos aliados no campo da ciência? Isso sim seria um ganho; não – repetindo – devido a um vício intrínseco à existência de um duplo discurso, mas devido à natureza mistificadora, hoje, não só do discurso do *nation-building*, mas também desse discurso da Ciência. Mas essa última parece uma hipótese otimista demais. Assim como talvez o seja o reconhecimento da natureza antinômica do Real que eu reivindicava, a desnaturalização da linearidade.

VII. De qualquer forma, o *nation-building* provavelmente não desaparecerá. O seu apelo é por demais forte para todos nós e talvez só possa ser contrabalançado pelo desenvolvimento de outros princípios de unidade que com ele guardem relação analógica, seja derivada (como a identificação regional com a América do Sul) ou primordial. E a presença fantasmagórica do *nation-building* também não deve ser subestimada, inclusive no desenvolvimento de outros temas. Pessoalmente, é o que me parece que ocorre nas dificuldades enfrentadas pelo tema das ações afirmativas, parte de uma nova agenda, mas onde uma combinação de restrições neo- (ou serão, agora, paleo-?) orientalistas em nome da nacionalidade, e um culto “mais realista do que o rei” aos valores do individualismo moderno, dificultam o reconhecimento de atores coletivos. Mas acredito que com o tempo a tendência será a de que esse *nation-building* se transfigure, até pela convivência com outros temas, o que necessariamente mudará, pelo menos, o seu caráter totalizante. Mesmo porque, tendo sido superado o auge da oposição entre ciência pura e aplicada (surpreendentemente para quem viveu este auge), outras aplicações que não essa meta-aplicação paradoxal e não reconhecida, enquanto tal, do *nation-building*, poderão se desenvolver como segundo discurso.

Otávio Velho

Aplicações que revelem à luz do dia as nossas conexões com outros ambientes que não o acadêmico sem a pretensão de falar em nome dos outros.

Repito que considero as “novas” instituições, entre as quais avulta esse vosso PPGAS, cujos vinte anos comemoramos, laboratório privilegiado para observar o que há de novo na nossa antropologia e para verificar como podemos fazer com que os nossos duplos vínculos se tornem realmente produtivos. Amanhã, tenho certeza que veremos um pouco disso. Como também considero extremamente importante, nessa fase que atravessamos, a consideração comparativa do desenvolvimento de outras antropologias, sobretudo entre as “não-hegemônicas”. Para mim, a experiência nos últimos anos como membro do comitê gestor do Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia (PROSUL) foi bastante instrutiva. Mas, sobretudo, tive duas outras oportunidades desde 2003 para observar isso. Uma foi a conferência organizada por Gustavo Lins Ribeiro e Arturo Escobar, na Itália, sob os auspícios da Fundação Wenner-Gren para discutir as “antropologias mundiais”. E a outra foi agora, em agosto deste ano, a participação no IV Congresso Nacional de Investigações em Antropologia realizado em Lima, no Peru. Dessa última experiência, muito recente (e a que poderia ser acrescentada a realização no mesmo mês do congresso colombiano de antropologia), trouxe impressões bem vivas. Por exemplo, no que diz respeito ao embate com o *nation-building* e a construção de uma nova agenda, que me pareceram extremamente similares em seus elementos constituintes com o que penso enxergar entre nós; mas onde, sem dúvida, no caso peruano, avulta a experiência traumática da violência, sobretudo a da longa guerra envolvendo o *Sendero Luminoso*, que questionou profundamente a própria intelectualidade acadêmica. Trouxe impressões muito vivas do que vi lá, mas também sobre nós aqui, bem como sobre as possibilidades de colaboração e, mesmo, de surgimento de outros princípios de unidade – conforme mencionava acima – com profundas implicações para a nossa antropologia. Iniciativas como a que foi apoiada pela ABA em 2004 com a publicação em Buenos Aires de um livro sobre a antropologia brasileira (organizado por Alejandro Grimson, Gustavo

Lins Ribeiro e Pablo Semán) a meu ver precisam ser bem aproveitadas (senti muito não ter exemplares desse livro comigo em Lima) e multiplicadas. Ao mesmo tempo, porém, que permanece um grande desconhecimento mútuo, a antropologia praticada entre nós é uma referência para os antropólogos de toda a América do Sul e oxalá nós também venhamos a desenvolver um interesse simétrico. De qualquer forma, é importante assinalar que o programa de antropologia de Florianópolis já conta com um núcleo particularmente diversificado de estudantes latino-americanos.

Mas essa já é outra história. Muito obrigado. E parabéns a todos!

Bibliografia

- BATESON, Gregory. *Steps to an Ecology of Mind*. Nova York: Ballantine Books, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*. Genebra: Librairie Droz, 1972.
- GRIMSON, Alejandro, Gustavo L. Ribeiro e Pablo Semán (orgs.). *La Antropología Brasileña Contemporánea: contribuciones para um diálogo latinoamericano*. Buenos Aires: Prometeo Libros.
- INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. Londres e Nova York: Routledge, 2000.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedades afora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- LOSSKY, Vladimir. *Essai sur la théologie mystique de l'Église d'Orient*. Paris: Cerf, 2005.
- MILBANK, John. *Theology and Social theory: beyond secular reason*. Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- PEIRANO, Mariza. *The anthropology of anthropology: the Brazilian case*. Tese de doutoramento (Ph. D.) submetida ao Departamento de Antropologia da Universidade de Harvard, 1980.
- STENGERS, Isabelle. *A Invenção das Ciências Modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- VELHO, Otávio. "Through althusserian spectacles: recent social anthropology in Brazil". *Ethnos* 47: I-II, pp. 133-49, 1982.
- VELHO, Otávio. "A pictografia da tristesse: uma antropologia do *nation-building* nos trópicos". *Ilha*, vol. 5, no. 1, julho, pp. 5-22, 2003.
- VELHO, Otávio. "Comentários sobre um texto de Bruno Latour". *Mana*, vol. 11, no. 1, abril de 2005, pp. 297-310, 2005.
- VELHO, Otávio. *A sair. Mais Realistas do que o Rei: do ocidentalismo das elites às modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks.